



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO - CCAE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – DCSA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CAMPUS IV - LITORAL NORTE**

DANIEL HENRIQUE MIMORE DA SILVA

**UMA REVISÃO DA LITERATURA SOBRE O USO DA INTELIGÊNCIA
ARTIFICIAL NA PROMOÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA ACCOUNTABILITY NO
SETOR PÚBLICO**

**Mamanguape – PB
2026**

DANIEL HENRIQUE MIMORE DA SILVA

**UMA REVISÃO DA LITERATURA SOBRE O USO DA INTELIGÊNCIA
ARTIFICIAL NA PROMOÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA ACCOUNTABILITY NO
SETOR PÚBLICO**

**Artigo Científico apresentado ao Curso de
Graduação em Ciências Contábeis da
Universidade Federal da Paraíba – Campus
IV, como requisito parcial para a obtenção
do Título de Bacharel em Ciências
Contábeis.**

Orientador: Dimmitre Morant Vieira Gonçalves Pereira

**Mamanguape – PB
2026**

DANIEL HENRIQUE MIMORE DA SILVA

**UMA REVISÃO DA LITERATURA SOBRE O USO DA INTELIGÊNCIA
ARTIFICIAL NA PROMOÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA ACCOUNTABILITY NO
SETOR PÚBLICO**

Este Artigo Científico de autoria de Daniel Henrique Mimore da Silva apresentado como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis foi julgado adequado e aprovado pela Banca Examinadora designada pela Comissão de Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba – Campus IV, abaixo assinada:

Dimmitre Morant Vieira Gonçalves Pereira
Orientador
Presidente

João Marcelo Alves Macedo
Ciências Contábeis – CCAE/UFPB
Membro Interno

João Pedro do Nascimento Pereira
Ciências Contábeis – CCAE/UFPB
Membro Interno

Mamanguape, 11 de abril de 2026.

**Uma Revisão da Literatura Sobre o Uso da Inteligência Artificial na Promoção da
Transparência e da Accountability no Setor Público**
Contabilidade Pública e Governança Digital

Daniel Henrique Mimore da Silva – UFPB – danielmimore@gmail.com
Orientador - Dimmitre Morant Vieira Gonçalves Pereira- UFPB - dimmitre@gmail.com
João Marcelo Alves Macedo- UFPB - jmmarcelopb@gmail.com
João Pedro do Nascimento Pereira- UFPB - ojoaopedronp@gmail.com

Resumo

A transparência na gestão pública constitui um dos elementos para o fortalecimento da *accountability* e do controle social sobre a utilização dos recursos públicos. Nesse contexto, a contabilidade pública desempenha importante papel ao sistematizar dados financeiros e orçamentários afim de gerar informações acessíveis à sociedade e aos órgãos de controle. Com o avanço das tecnologias digitais, a Inteligência Artificial (IA) tem se destacado como uma ferramenta capaz aprimorar a eficiência administrativa, automatizar processos e facilitar a divulgação de informações governamentais. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar, por meio de revisão da literatura, como a Inteligência Artificial tem sido abordada em pesquisas científicas relacionadas à promoção da transparência e da *accountability* no setor público. Trata-se de uma revisão da literatura qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, realizada a partir de buscas no Portal de Periódicos da CAPES, contemplando as bases *Web of Science*, *ScienceDirect* e *Scopus*. O recorte temporal considerou publicações entre os anos de 2023 e 2025, sendo selecionados dez artigos científicos alinhados ao tema da pesquisa. Os estudos foram organizados em categorias temáticas relacionadas às aplicações da inteligência artificial na prestação de contas, na adoção de tecnologias no setor público, na promoção da transparência e nos desafios éticos associados à utilização dessas ferramentas. Os resultados indicam que a IA apresenta potencial para aprimorar a eficiência administrativa, apoiar os mecanismos de controle e favorecer o acesso às informações públicas, podendo contribuir para o desenvolvimento de práticas de governança mais transparentes e orientadas por dados. Entretanto, a literatura evidencia desafios relacionados à transparência dos algoritmos, à governança dos dados, às questões éticas e à necessidade de infraestrutura tecnológica, capacitação institucional, regulamentação adequada e mecanismos de governança que garantam o uso responsável dessas tecnologias.

Palavras-chave: Governança pública. Inovação na gestão pública. Prestação de contas. Tomada de decisão baseada em dados.

Abstract

Transparency in public management is one of the elements for strengthening accountability and social control over the use of public resources. In this context, public accounting plays an important role in systematizing financial and budgetary data in order to generate information accessible to society and oversight bodies. With the advancement of digital technologies, Artificial Intelligence (AI) has stood out as a tool capable of improving administrative efficiency, automating processes, and facilitating the dissemination of government information. Therefore, this study aims to analyze, through a literature review, how Artificial Intelligence has been addressed in scientific research related to promoting transparency and accountability in the public sector. This is a qualitative, exploratory-descriptive literature review, conducted using searches in the CAPES Periodicals Portal, encompassing the Web of Science, ScienceDirect, and Scopus databases. The time frame considered publications between 2023 and 2025, selecting ten scientific articles aligned with the research topic. The studies were organized into thematic categories related to the applications of artificial intelligence in accountability, the adoption of technologies in the public sector, the promotion of transparency, and the ethical challenges associated with the use of these tools. The results indicate that AI has the potential to improve administrative efficiency, support control mechanisms, and facilitate access to public information, potentially contributing to the development of more transparent and data-driven governance practices. However, the literature highlights challenges related to the transparency of algorithms, data governance, ethical issues, and the need for technological infrastructure, institutional capacity building, adequate regulation, and governance mechanisms that ensure the responsible use of these technologies.

Keywords: Public governance. Innovation in public management. Accountability. Data-driven decision making.

SUMÁRIO

1 Introdução.....	7
2 Fundamentação teórica	7
2.1 Transparência e <i>accountability</i> na Contabilidade Pública.....	7
2.2 Inteligência Artificial no setor público: aplicações, contribuições e desafios.....	8
3 Procedimentos metodológicos.....	9
4 Resultados da revisão da literatura	10
4.1 Mapeamento da produção científica.....	10
4.2 Classificação dos estudos por categoria temática.....	10
4.2.1 IA em mecanismos de prestação de contas e acessibilidade da informação	13
4.2.2 Adoção e implementação da IA no setor público.....	14
4.2.3 IA na promoção da transparência e da <i>accountability</i>	15
4.2.4 Desafios éticos e limitações da aplicação da IA.....	16
5 Limitações e lacunas identificadas nos estudos analisados	17
6 Considerações finais.....	18
Referências	19

1 Introdução

A Inteligência Artificial tem emergido como ferramenta estratégica para aprimorar a eficiência administrativa, a divulgação das decisões e os mecanismos digitais de transparência, permitindo o monitoramento em tempo real por meio de plataformas digitais (Zhao et al., 2025). Nos últimos anos, as pesquisas sobre tecnologias aplicadas ao governo têm se intensificado, tendo a transparência como um de seus principais objetivos (Saldanha et al., 2022). Nesse contexto, a confiança dos cidadãos tende a aumentar quando há acesso a informações sobre ações governamentais, como desempenho, finanças e atividades institucionais (Ripamonti, 2024).

A contabilidade pública desempenha papel fundamental nesse processo ao sistematizar dados financeiros e orçamentários e viabilizar o controle social. Contudo, apesar de marcos normativos como a Lei de Responsabilidade Fiscal (Brasil, 2000), alterada pela Lei Complementar nº 131 (Brasil, 2009) e a Lei de Acesso à Informação (Brasil, 2011), ainda persistem limitações quanto à clareza, efetividade e utilidade das informações disponibilizadas pelos entes governamentais.

Nesse cenário, tecnologias de IA, como aprendizagem de máquina, chatbots, sistemas especialistas, análise preditiva e automação robótica, vêm sendo utilizadas para detecção de anomalias, projeções fiscais e classificação de dados, contribuindo para a tomada de decisão e apresentando potencial para aprimorar a comunicação fiscal, a auditoria e a segurança cibernética (Darmawati et al., 2025). Assim, a aplicação da IA na contabilidade pública se apresenta como alternativa promissora para o fortalecimento da transparência e da *accountability*.

Apesar do avanço dessas tecnologias e do crescente interesse acadêmico, a literatura ainda apresenta limitações relevantes, com predominância de abordagens conceituais e escassez de estudos que analisem de forma sistematizada os impactos da IA na transparência e na *accountability*, especialmente no contexto da contabilidade pública, em nível municipal e em países em desenvolvimento (Haesevoets et al., 2025). Dessa forma, evidencia-se a necessidade de consolidar e analisar criticamente a produção científica recente sobre o tema.

Diante desse contexto, o problema de pesquisa consiste em: como a literatura científica recente tem abordado o uso da Inteligência Artificial na contabilidade pública para fortalecer a transparência e a *accountability*? Assim, o objetivo deste estudo é analisar, por meio de revisão da literatura, como a IA tem sido abordada em pesquisas voltadas à promoção da transparência e da *accountability* na contabilidade pública.

Para alcançar esse objetivo, busca-se mapear a produção científica sobre o uso de IA no setor público, identificar suas principais aplicações voltadas à transparência e *accountability*, classificar os estudos em categorias temáticas, evidenciar avanços e limitações e apontar lacunas e perspectivas de pesquisa.

A relevância do estudo se justifica sob duas perspectivas. Do ponto de vista científico, contribui para a organização e compreensão do conhecimento sobre a integração entre IA e contabilidade pública, ainda pouco explorada. Sob a perspectiva prática, oferece subsídios para gestores públicos, profissionais da contabilidade e órgãos de controle, ao evidenciar o potencial da IA no aprimoramento da transparência, da eficiência administrativa e dos mecanismos de controle social.

Além disso, o estudo contribui ao sistematizar a produção científica recente e evidenciar lacunas, especialmente quanto à escassez de estudos empíricos e à limitada abordagem no contexto municipal, indicando caminhos para futuras investigações.

2 Fundamentação teórica

2.1 Transparência e *accountability* na Contabilidade Pública

A transparência pode ser definida como a disponibilidade de informações sobre um ator que permite que outros atores monitorem o funcionamento ou o desempenho do primeiro (Meijer, 2013). O termo *accountability*, não possui tradução direta para o português, mas pode ser compreendido, segundo Pinho e Sacramento (2009), como um conceito que envolve responsabilidade, controle, transparência, prestação de contas, justificativas para as ações que foram ou deixaram de ser empreendidas e até mesmo premiação e/ou castigo.

A Lei de Acesso à Informação (Brasil, 2011), é essencial para promover o cumprimento da transparência sobre as informações públicas, uma vez que garante que esses atores tenham acesso a essas informações de maneira constitucional. Assim, nota-se que o governo é monitorado não só pelos cidadãos, mas também por partes interessadas como profissionais, grupos de interesse e jornalistas (Meijer, 2013).

Portanto, observa-se a necessidade do governo em cumprir suas obrigações de *accountability*. Por isso, a contabilidade pública encontra-se muitas vezes pressionada pela dificuldade de processar a enorme quantidade de dados para sistematizar em informação e fornecer serviços ao público de maneira tempestiva e confiável. Nesse cenário a IA surge como ferramenta capaz de superar essas limitações. O sistema de inteligência artificial possui capacidade de processar rapidamente grandes quantidades de dados e gerar relatórios precisos, aumentando a eficiência governamental, tornando possível a divulgação de informações com mais rapidez (Zhao et al., 2025).

2.2 Inteligência Artificial no setor público: aplicações, contribuições e desafios

Na última década, a inteligência artificial tem apresentado avanços significativos, impulsionados por elevados investimentos do setor privado e pelo interesse em sua capacidade de processar grandes volumes de dados de forma rápida (Hjaltalin e Sigurdarson, 2024). No setor público, seu uso tem se intensificado, especialmente na prestação de serviços, com o objetivo de aprimorar a governança e a satisfação dos cidadãos.

No contexto brasileiro, destacam-se iniciativas como a Operação Serenata de Amor, que utiliza a IA Rosie para analisar reembolsos da Cota para Exercício da Atividade Parlamentar (CEAP), identificando gastos suspeitos e disponibilizando os resultados por meio de interfaces acessíveis, como o site Jarbas (Serenata do Amor, n.d.). Outro exemplo é o ChatTCU, ferramenta desenvolvida pelo Tribunal de Contas da União, baseada em IA generativa e integrada a bases internas, capaz de resumir documentos, analisar normativos, realizar upload de arquivos e fornecer respostas técnicas a auditores e servidores, além de ser compartilhada como código-fonte com outros órgãos públicos (Tribunal de Contas da União, 2025).

A adoção da IA está associada à necessidade de maior agilidade na prestação de contas, otimização de recursos e redução de entraves burocráticos, configurando-se como elemento de transformação da governança pública (Kulal et al., 2024). Nesse sentido, a IA contribui para a prestação de serviços mais precisos, fortalecimento da segurança pública, melhoria da comunicação governamental e ampliação da transparência e da confiança dos cidadãos (Zhao et al., 2025).

Zhao et al. (2025) levantou 4 hipóteses a fim de verificar se a IA é capaz de aumentar e melhorar a transparência do governo. Hipótese 1: A IA pode melhorar a transparência do governo; hipótese 2: A IA pode melhorar a transparência do governo melhorando a eficiência do trabalho governamental; hipótese 3: A IA pode aumentar a transparência do governo fortalecendo a transparência pública e hipótese 4: A IA pode aumentar a transparência do governo melhorando a confiança dos cidadãos. Em três aspectos: eficiência governamental, abertura e transparência, e confiança do cidadão. Diante dos resultados de sua pesquisa, foi verificado que as 4 hipóteses se mostraram verdadeiras nos três aspectos, concluindo que a IA é capaz de aumentar e melhorar a transparência do governo.

No âmbito municipal, observa-se a utilização de tecnologias como chatbots, que operam continuamente no atendimento aos cidadãos, fornecendo informações e processando solicitações, contribuindo para a eficiência operacional (Kulal et al., 2024). Além disso, a IA possibilita a divulgação em tempo real dos processos decisórios, ampliando a transparência e permitindo o acompanhamento das ações governamentais por meio de plataformas digitais (Zhao et al., 2025).

No Brasil, a Controladoria-Geral da União tem desenvolvido ferramentas voltadas ao fortalecimento da transparência e do controle social, como o sistema Alice, que utiliza IA e mineração de dados para identificar licitações com indícios de irregularidades (Controladoria-Geral da União, 2024). Adicionalmente, destaca-se a Ferramenta de Autoavaliação de Transparência e Acesso à Informação, que permite aos entes federativos avaliar seus níveis de transparência e elaborar planos de melhoria, reforçando a efetividade da Lei de Acesso à Informação (Brasil, 2011; Controladoria-Geral da União, 2024).

Apesar dos benefícios, a adoção da IA no setor público apresenta desafios e limitações. É necessário reconhecer riscos como perdas financeiras, vieses algorítmicos e deslocamento de empregos, exigindo avaliações críticas para mitigar impactos negativos e maximizar os benefícios dessas tecnologias (Kulal et al., 2024).

Nesse contexto, Ossewaarde e Gülenç (2020) analisaram estratégias nacionais de IA no Reino Unido, Alemanha e Holanda, identificando uma visão predominantemente utópica da tecnologia. Os autores alertam para riscos associados, como desigualdades econômicas, vigilância digital, controle estatal e concentração de poder. Segundo esses autores, a IA pode ser utilizada para ocultar informações e reforçar estruturas de controle, evidenciando uma dimensão distópica frequentemente negligenciada (Ossewaarde e Gülenç, 2020).

Por fim, observa-se que, embora a IA apresente elevado potencial para transformar a administração pública, sua adoção deve ser acompanhada de análise crítica, regulamentação adequada e atenção aos impactos sociais, políticos e éticos envolvidos (Ossewaarde e Gülenç, 2020).

3 Procedimentos metodológicos

A pesquisa caracteriza-se como uma revisão da literatura, de natureza qualitativa e caráter exploratório-descritivo. Desenvolvida sob o formato de revisão narrativa com elementos sistematizados, diferenciando-se de uma revisão sistemática por não seguir protocolos rígidos, como o *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA), mas incorporando critérios explícitos de busca, seleção e organização da literatura, garantindo um certo rigor metodológico sem se restringir a protocolos rígidos aplicados em revisões sistemáticas.

As buscas foram realizadas no Portal de Periódicos da CAPES, utilizando como bases de dados a *Web of Science*, *ScienceDirect* e *Scopus*. Foram adotadas palavras-chave em inglês, tais como: “*artificial intelligence*” AND “*public sector accounting*” OR “*public sector*” AND “*transparency*” OR “*accountability*”. O recorte temporal estabelecido compreende o período de 2023 a 2025, de modo a contemplar a literatura recente sobre o tema, alinhada ao avanço da aplicação de IA no setor público. Foram incluídos artigos científicos revisados por pares que tratam diretamente de transparência, *accountability* e aplicações da IA no setor público. Foram excluídos estudos voltados exclusivamente ao setor privado, bem como aqueles que, embora inseridos no setor público, não apresentem relação direta com a contabilidade pública, transparência ou a *accountability*.

Após a realização das buscas nas bases de dados *Web of Science*, *ScienceDirect* e *Scopus*, os estudos encontrados foram submetidos a uma etapa de triagem inicial. Nesse processo, utilizou-se filtros para áreas temáticas e/ou “título da publicação”, posteriormente realizou-se a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave dos artigos identificados, com o objetivo de

verificar sua aderência ao tema da pesquisa. Foram selecionados estudos que abordavam diretamente a aplicação da inteligência artificial no setor público, com ênfase em aspectos relacionados à transparência, *accountability* ou gestão das finanças públicas.

Esse procedimento de leitura preliminar permitiu identificar os estudos mais relevantes para o objetivo da pesquisa, garantindo maior aderência entre os artigos selecionados e o problema investigado. Após esse procedimento de análise preliminar foram eliminados os trabalhos duplicados e selecionados 10 artigos científicos, os quais compõem o corpus analisado nesta revisão de literatura.

Para a análise dos dados, empregou-se a técnica Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011 apud Sousa; Santos, 2020), operacionalizada em três fases. Na pré-análise, procedeu-se à leitura inicial e ao fichamento dos artigos para a definição do corpus da pesquisa. Em seguida, na exploração do material, os conteúdos foram agrupados por similaridade semântica, originando quatro categorias temáticas: IA em mecanismos de prestação de contas e acessibilidade da informação; adoção e implementação da IA no setor público; IA na promoção da transparência e *accountability*; e desafios éticos e limitações. Por fim, no tratamento dos resultados, os achados foram sistematizados em quadros construídos a partir de quatro dimensões analíticas: (Q1) aplicação da IA no setor público; (Q2) finalidades do uso; (Q3) formas de implementação; e (Q4) impactos observados, permitindo a comparação padronizada dos estudos analisados.

Adicionalmente, foi utilizado ferramenta de inteligência artificial, especificamente o ChatGPT, com a finalidade de apoiar a organização textual, revisão gramatical e aprimoramento da escrita acadêmica. Destaca-se que o uso dessa ferramenta ocorreu de forma complementar e assistiva, não substituindo a análise crítica, a interpretação dos dados e a elaboração intelectual do estudo, as quais são de responsabilidade exclusiva do autor.

4 Resultados da revisão da literatura

Esta seção apresenta os resultados obtidos a partir da análise dos estudos selecionados para a revisão de literatura com o objetivo de compreender como a literatura recente tem abordado o uso da IA na promoção da transparência e da *accountability* no setor público. Inicialmente, realiza-se o mapeamento da produção científica encontrada nas bases consultadas, em seguida, os estudos são organizados e discutidos a partir de categorias temáticas identificadas durante a análise.

4.1 Mapeamento da produção científica

O quadro 1 apresenta a distribuição dos artigos identificados nessas bases de dados.

Quadro - 1 Distribuição das publicações por base de dados

Ano de publicação	<i>Web of Science</i>	<i>ScienceDirect</i>	<i>Scopus</i>
2023			
2024	2		
2025	2	2	4

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

As publicações se concentram especialmente nos anos de 2024 e 2025. Evidenciando o caráter emergente da temática e o crescimento do interesse acadêmico em compreender os impactos dessas tecnologias na transparência governamental, na *accountability* e na gestão das finanças públicas.

4.2 Classificação dos estudos por categoria temática

As categorias temáticas foram organizadas com base em seus principais enfoques relacionados à aplicação da IA no setor público. Essa classificação permitiu estruturar a análise

da literatura de forma sistemática, considerando diferentes dimensões do seu uso. O quadro 2 apresenta a distribuição dos estudos conforme essas categorias temáticas.

Quadro - 2 Distribuição dos estudos nas categorias temáticas

Categoria Temática	Trabalhos (Autor/Título)
IA em mecanismos de prestação de contas e acessibilidade da informação	1) Aboelazm (2025) <i>A new era of public procurement: Critical issues of procuring artificial intelligence systems to produce public services.</i> 2) Hickok (2024) <i>Public procurement of artificial intelligence systems: New risks and future proofing.</i> 3) Bian et al. (2025) <i>The trust trifecta: How transparency, ethics, and benefits shape public confidence in government AI.</i> 4) Darmawati et al. (2025) <i>The role of artificial intelligence in improving the efficiency and accuracy of local government financial reporting: A systematic literature review.</i> 5) Agostino et al. (2025) <i>Data science and public sector accounting: Reviewing impacts on reporting, auditing, and accountability practices.</i>
Adoção e implementação da IA no setor público	1) Aboelazm, (2025) <i>A new era of public procurement: Critical issues of procuring artificial intelligence systems to produce public services.</i> 2) Hickok (2024) <i>Public procurement of artificial intelligence systems: New risks and future proofing.</i> 3) Bian et al. (2025) <i>The trust trifecta: How transparency, ethics, and benefits shape public confidence in government AI.</i> 4) Darmawati et al. (2025) <i>The role of artificial intelligence in improving the efficiency and accuracy of local government financial reporting: A systematic literature review.</i> 5) Hoxha et al. (2025); <i>Implementation of modern information systems for automating accounting processes in the public sector: The experience of Albania</i> 6) Majrashi (2024) <i>Determinants of public sector managers' intentions to adopt AI in the workplace.</i> 7) Contreras-Yupanqui (2025) <i>Implementation of artificial intelligence systems in public administration in Latin America: Impacts and challenges.</i> 8) Haesevoets et al. (2025) <i>AI adoption in public administration: Perspectives of public sector managers and public sector non-managerial employees.</i>
IA na promoção da transparência e da <i>accountability</i>	1) Agostino et al. (2025) <i>Data science and public sector accounting: Reviewing impacts on reporting, auditing, and accountability practices.</i> 2) Haesevoets et al. (2025) <i>AI adoption in public administration: Perspectives of public sector managers and public sector non-managerial employees.</i> 3) Bian et al. (2025) <i>The trust trifecta: How transparency, ethics, and benefits shape public confidence in government AI.</i> 4) König et al (2024) <i>The importance of effectiveness versus transparency and stakeholder involvement in citizens' perception of public sector algorithms.</i>

	5) Hoxha et al. (2025) <i>Implementation of modern information systems for automating accounting processes in the public sector: The experience of Albania. Scientific Bulletin of Mukachevo State University.</i> 6) Majrashi (2024) <i>Determinants of public sector managers' intentions to adopt AI in the workplace.</i> 7) Contreras-Yupanqui (2025) <i>Implementation of artificial intelligence systems in public administration in Latin America: Impacts and challenges.</i> 8) Darmawati et al. (2025) <i>The role of artificial intelligence in improving the efficiency and accuracy of local government financial reporting: A systematic literature review.</i>
Desafios éticos e limitações da aplicação da IA	1) Aboelazm (2025) <i>A new era of public procurement: Critical issues of procuring artificial intelligence systems to produce public services.</i> 2) Haesevoets et al. (2025) <i>AI adoption in public administration: Perspectives of public sector managers and public sector non-managerial employees.</i> 3) Bian et al. (2025) <i>The trust trifecta: How transparency, ethics, and benefits shape public confidence in government AI.</i> 4) Hoxha et al. (2025) <i>Implementation of modern information systems for automating accounting processes in the public sector: The experience of Albania. Scientific Bulletin of Mukachevo State University.</i> 5) Contreras-Yupanqui (2025) <i>Implementation of artificial intelligence systems in public administration in Latin America: Impacts and challenges.</i>

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Nota: Um mesmo estudo pode ser classificado em mais de uma categoria temática, razão pela qual a soma das frequências excede o total de artigos analisados.

Com base na classificação dos estudos, o quadro 3 apresenta a distribuição quantitativa dos artigos por categoria temática de maneira percentual, evidenciando as áreas com maior concentração de pesquisas na literatura analisada.

Quadro - 3 Distribuição quantitativa dos estudos por categoria temática

Categoria temática	Quantidade	Percentual
IA em mecanismos de prestação de contas e acessibilidade da informação	5	50%
Adoção e implementação da IA no setor público	8	80%
IA na promoção da transparência e da <i>accountability</i>	8	80%
Desafios éticos e limitações da aplicação da IA	5	50%

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Nota: Um mesmo estudo pode ser classificado em mais de uma categoria temática, razão pela qual a soma das frequências excede o total de artigos analisados.

Observa-se que as categorias relacionadas à adoção e implementação da IA no setor público e à promoção da transparência e da *accountability* concentram o maior número de estudos, evidenciando maior interesse da literatura nesses temas. Por outro lado, as categorias voltadas aos mecanismos de prestação de contas e acessibilidade da informação, bem como aos desafios éticos e limitações, apresentam menor quantidade de pesquisas, indicando lacunas relevantes que ainda demandam maior aprofundamento na literatura.

4.2.1 IA em mecanismos de prestação de contas e acessibilidade da informação

Alguns autores analisam diretamente a aplicação da IA em mecanismos de prestação de contas e acessibilidade da informação. Aboelazm (2025) examina o uso da tecnologia na prestação de serviços públicos, destacando preocupações relacionadas ao acesso à informação e à *accountability*. Hickok (2024) aborda a implementação de sistemas de IA no setor público, alertando para a falta de definição clara de responsabilidades entre atores públicos e fornecedores privados. Já Agostino et al. (2025) evidenciam a escassez de estudos sobre esses aspectos.

Embora a IA venha sendo incorporada a mecanismos de prestação de contas, sua efetividade depende da definição de responsabilidades institucionais, indicando que a tecnologia, por si só, não resolve problemas estruturais da gestão.

Quadro 4: Estudos sobre aplicação da IA em mecanismos de prestação de contas e acessibilidade da informação versus literatura analisada

Questões	1	2	3	4	5			
Q1. Está sendo aplicada?	+	+			+			
Q2. Para quais finalidades?	+	+	+					
Q3. Como é implementada?			+	+				
Q4. Quais impactos?	+	+		+				

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).
Nota: Q1- a existência de aplicação da inteligência artificial no setor público; Q2- as finalidades associadas ao seu uso; Q3- as formas de implementação dessas tecnologias nas organizações públicas; e Q4- os impactos decorrentes de sua utilização. Onde: (1) Aboelazm (2025); (2) Hickok (2024); (3) Bian et al. (2025); (4) Darmawati et al. (2025); (5) Agostino et al. (2025).

A literatura destaca a necessidade de os órgãos públicos ampliarem o acesso à informação por meio da divulgação de resultados e conclusões, permitindo que a sociedade compreenda os impactos dos sistemas automatizados e questione sua equidade (Aboelazm, 2025; Hickok, 2024). Nesse sentido, a IA contribui não apenas para aumentar o volume de informações disponíveis, mas também para torná-las mais acessíveis e compreensíveis.

Além disso, é fundamental que o governo mantenha comunicação eficaz com a população, utilizando estratégias como estudos de caso e visualização de dados para demonstrar os benefícios das aplicações de IA (Bian et al., 2025). A adoção dessas tecnologias pode, assim, aproximar o Estado da sociedade e fortalecer o controle social e a *accountability*.

A implementação deve incluir mecanismos de feedback acessíveis à população, incentivando o envolvimento social e garantindo alinhamento às demandas públicas (Bian et al., 2025). Contudo, sua efetividade depende da capacidade dos cidadãos de compreender e interagir com essas tecnologias, podendo ser limitada por fatores como desigualdade de acesso e baixa alfabetização digital.

Adicionalmente, tecnologias como chatbots, computação cognitiva e aprendizado profundo ainda são pouco exploradas em áreas como segurança cibernética, decisões fiscais e transparência orçamentária (Darmawati et al., 2025), evidenciando lacunas relevantes na aplicação da IA em contextos sensíveis da gestão pública.

A complexidade dos sistemas algorítmicos também representa um desafio, podendo dificultar a compreensão das decisões automatizadas e comprometer a transparência e a *accountability* (Aboelazm, 2025; Hickok, 2024). Por isso, é necessário aprimorar a interpretabilidade desses sistemas, tornando-os mais transparentes e alinhados a princípios éticos (Bian et al., 2025).

Nesse contexto, a literatura ressalta a importância de políticas públicas e diretrizes institucionais voltadas à explicabilidade da IA, bem como a necessidade de estruturas regulatórias claras e flexíveis para sua aplicação na divulgação de informações financeiras (Darmawati et al., 2025). A ausência desses mecanismos pode ampliar a opacidade dos sistemas, comprometer a confiança pública e limitar o potencial da IA na promoção da transparência.

4.2.2 Adoção e implementação da IA no setor público

A literatura converge ao analisar o desempenho da IA no setor público, especialmente quanto à sua adoção e implementação, evidenciando benefícios e implicações associadas (Aboelazm, 2025; Hickok, 2024; Majrashi, 2024; Bian et al., 2025; Haesevoets et al., 2025; Contreras-Yupanqui, 2025; Hoxha et al., 2025). Nesse contexto, a adoção da IA está diretamente relacionada à modernização da administração pública, refletindo uma transformação digital orientada por eficiência e uso intensivo de dados.

Quadro 5: Estudos sobre a adoção e implementação da IA no setor público versus literatura analisada

Questões	1	2	3	4	5	6	7	8
Q1. Está sendo aplicada?	+	+	+	+	+	+	+	
Q2. Para quais finalidades?		+					+	
Q3. Como é implementada?	+	+						
Q4. Quais impactos?	+	+		+		+	+	+

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Nota: Q1- a existência de aplicação da inteligência artificial no setor público; Q2- as finalidades associadas ao seu uso; Q3- as formas de implementação dessas tecnologias nas organizações públicas; e Q4- os impactos decorrentes de sua utilização. Onde: (1) Aboelazm (2025); (2) Hickok (2024); (3) Majrashi (2024); (4) Bian et al. (2025); (5) Haesevoets et al. (2025); (6) Contreras-Yupanqui (2025); (7) Hoxha et al. (2025); (8) Darmawati et al. (2025).

As instituições públicas adotam sistemas de IA visando ganhos de eficiência por meio da automação de tarefas repetitivas, monitoramento financeiro em tempo real, suporte à tomada de decisão baseada em dados e execução de iniciativas estratégicas (Hoxha et al., 2025; Hickok, 2024). Assim, a IA configura-se como ferramenta estratégica para otimização dos processos administrativos e fortalecimento de uma gestão orientada por evidências.

A implementação desses sistemas exige análise prévia dos riscos e das consequências futuras ainda na fase de aquisição (Hickok, 2024). Além disso, por se tratarem de sistemas sociotécnicos, seus resultados são influenciados por fatores sociais e técnicos, o que demanda planejamento e avaliação institucional adequados (Aboelazm, 2025).

Entre os benefícios, destacam-se o aumento da transparência nas operações financeiras, a redução de custos, a melhoria da precisão dos relatórios e o fortalecimento da responsabilidade financeira no setor público (Hoxha et al., 2025; Majrashi, 2024). Ademais, sistemas automatizados e fluxos de trabalho intuitivos reduzem a carga administrativa e o estresse associado ao processamento manual, contribuindo para maior satisfação e motivação dos servidores (Aboelazm, 2025). Contudo, esses ganhos dependem da capacitação dos profissionais e da adaptação das rotinas organizacionais.

Por outro lado, a literatura aponta desafios relevantes, como baixa percepção de justiça, confiabilidade, segurança, transparência, responsabilidade e privacidade, além de limitações técnicas, desigualdade digital e dilemas éticos (Contreras-Yupanqui, 2025). Esses fatores evidenciam que a implementação da IA pode gerar riscos institucionais quando não acompanhada de mecanismos adequados de governança e regulação.

A adoção dessas tecnologias também pode ocorrer de forma desigual e excludente na ausência de investimentos em infraestrutura, capacitação e governança ética, reforçando a necessidade de políticas públicas que promovam maior equidade (Contreras-Yupanqui, 2025).

A aceitação pública da IA está diretamente associada à transparência percebida, aos princípios éticos e aos benefícios concretos, sendo a confiança um elemento central para sua implementação (Bian et al., 2025). Nesse sentido, torna-se essencial o desenvolvimento de indicadores de governança baseados em transparência, ética e conformidade regulatória, de modo a garantir o uso responsável dessas tecnologias.

Adicionalmente, destaca-se a importância da cooperação entre academia, governo e desenvolvedores para enfrentar desafios técnicos e sociais, favorecendo a construção de soluções contextualizadas e eticamente adequadas. Essa articulação contribui para o fortalecimento das capacidades institucionais e para a consolidação de um ecossistema de inovação no setor público (Darmawati et al., 2025). Dessa forma, a adoção eficaz da IA depende não apenas de recursos tecnológicos, mas também de coordenação institucional e desenvolvimento organizacional.

4.2.3 IA na promoção da transparência e da *accountability*

Os sistemas de IA têm sido cada vez mais utilizados na elaboração de relatórios financeiros, evidenciando sua incorporação como ferramenta estratégica para aprimorar a gestão da informação e fortalecer mecanismos de prestação de contas (Darmawati et al., 2025). Nesse contexto, a IA amplia a capacidade estatal de monitoramento e análise de dados, favorecendo práticas de governança orientadas por evidências.

Quadro 6: Estudos sobre a IA na promoção da transparência e da *accountability* versus literatura analisada

Questões	1	2	3	4	5	6	7	8
Q1. Está sendo aplicada?			+					
Q2. Para quais finalidades?			+		+			
Q3. Como é implementada?				+		+		
Q4. Quais impactos?	+	+	+	+		+	+	+

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Nota: Q1- a existência de aplicação da inteligência artificial no setor público; Q2- as finalidades associadas ao seu uso; Q3- as formas de implementação dessas tecnologias nas organizações públicas; e Q4- os impactos decorrentes de sua utilização. Onde: (1) Bian et al. (2025); (2) Majrashi (2024); (3) Darmawati et al. (2025); (4) Hoxha et al. (2025); (5) Contreras-Yupanqui (2025); (6) Agostino et al. (2025); (7) Haesevoets et al. (2025); (8) König et al (2024).

A adoção da IA está associada ao aumento da eficiência, transparência, precisão e responsabilidade governamental (Darmawati et al., 2025). Segundo Contreras-Yupanqui (2025), a tecnologia promove mudanças na governança ao incentivar políticas baseadas em dados, melhorar a acessibilidade dos serviços, fortalecer o monitoramento da alocação de recursos e contribuir para o combate à corrupção.

A literatura aponta a utilização de diferentes soluções tecnológicas, como ferramentas de auditoria baseadas em IA, sistemas automatizados de análise de dados e mecanismos de monitoramento fundamentados em blockchain. Essas tecnologias permitem registros financeiros invioláveis, automação de auditorias e detecção de anomalias em larga escala, ampliando o controle e a fiscalização das instituições públicas (Agostino et al., 2025). Além disso, contribuem para a otimização dos fluxos de trabalho e redução do tempo de processamento das informações (Hoxha et al., 2025).

A confiança pública constitui elemento central para o sucesso da implementação da IA no setor público, podendo sua ausência limitar os benefícios dessas tecnologias. A transparência

dos sistemas aumenta a compreensibilidade e a percepção de utilidade pelos usuários (Bian et al., 2025), enquanto sua ampliação está associada ao aumento da confiança e da segurança percebida (Majrashi, 2024). Dessa forma, transparência e confiança se configuram como elementos interdependentes na legitimidade da adoção da IA.

Os estudos evidenciam ganhos em eficiência operacional, precisão dos relatórios financeiros, transparência fiscal, previsão orçamentária e otimização dos fluxos de trabalho, além de favorecer a colaboração interdepartamental (Hoxha et al., 2025). Contudo, tais benefícios dependem da existência de estruturas institucionais adequadas e da integração entre áreas da administração pública.

Agostino et al. (2025) destacam que ferramentas de ciência de dados aumentam a eficiência e a confiabilidade das informações financeiras, sendo valorizadas por preparadores de dados, auditores e formuladores de políticas. Tecnologias como blockchain contribuem para a transparência ao fornecer registros invioláveis e dados precisos. Entretanto, os autores alertam para riscos relacionados à opacidade dos processos, especialmente quando há baixa transparência, ausência de responsabilização ou dependência de fornecedores externos de tecnologia, o que pode comprometer a segurança e a governança dos dados.

Esse cenário revela uma contradição: ao mesmo tempo em que a IA pode ampliar a transparência, também pode gerar novas formas de opacidade, sobretudo quando há baixa compreensão dos sistemas ou dependência tecnológica externa.

Haesevoets et al. (2025) evidenciam que a tomada de decisão baseada em IA está associada a maior eficiência e imparcialidade em comparação à decisão humana. Contudo, esses ganhos podem ocorrer em detrimento de valores como equidade e transparência, indicando a necessidade de equilíbrio entre processos humanos e algorítmicos.

De forma complementar, König et al. (2024) demonstram que cidadãos podem priorizar ganhos de eficiência em detrimento da transparência e da participação no desenvolvimento de algoritmos. Os resultados sugerem que políticas públicas podem ser orientadas por essa preferência, reforçando a necessidade de normas que garantam transparência e responsabilização. Esse cenário evidencia um trade-off entre eficiência e transparência, exigindo equilíbrio na adoção dessas tecnologias.

Por fim, embora a IA apresente elevado potencial para transformar o setor público, sua regulamentação ainda se encontra em estágio inicial, demandando avanços conceituais e práticos (Darmawati et al., 2025). Assim, seu desenvolvimento deve ser acompanhado por mecanismos de governança, regulação e supervisão que assegurem seu uso ético, transparente e alinhado aos princípios da administração pública.

4.2.4 Desafios éticos e limitações da aplicação da IA

A adoção da Inteligência Artificial no setor público tem contribuído para a melhoria da tomada de decisões e para a automação de processos administrativos, evidenciando sua crescente utilização nas organizações governamentais (Contreras-Yupanqui, 2025). Nesse contexto, sua aplicação está associada à busca por maior eficiência, otimização de recursos e aprimoramento da gestão pública, embora também levante preocupações quanto aos impactos éticos e institucionais.

Quadro 7: Estudos sobre os desafios éticos e as limitações da aplicação da IA versus literatura analisada

Questões	1	2	3	4	5			
Q1. Está sendo aplicada?	+							
Q2. Para quais finalidades?		+	+					
Q3. Como é implementada?								
Q4. Quais impactos?	+		+	+	+			

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Nota: Q1- a existência de aplicação da inteligência artificial no setor público; Q2- as finalidades associadas ao seu uso; Q3- as formas de implementação dessas tecnologias nas organizações públicas; e Q4- os impactos decorrentes de sua utilização. Onde: (1) Contreras-Yupanqui (2025); (2) Bian et al. (2025); (3) Hoxha et al. (2025); (4) Aboelazm (2025); (5) Haesevoets et al. (2025).

A literatura indica que a IA é empregada para promover responsabilidade fiscal, reduzir custos e otimizar decisões, contribuindo para a modernização da administração pública (Hoxha et al., 2025). Além disso, princípios éticos influenciam positivamente a percepção dos benefícios da tecnologia e a confiança pública em seu uso (Bian et al., 2025), configurando-se como elemento central para sua legitimidade no setor público.

Entretanto, a adoção em larga escala enfrenta desafios como riscos de segurança cibernética, resistência da força de trabalho e necessidade de capacitação técnica. A transição para sistemas baseados em IA requer investimentos em infraestrutura, treinamento e ajustes institucionais (Contreras-Yupanqui, 2025; Hoxha et al., 2025), além da manutenção da supervisão humana em processos decisórios, especialmente em contextos que envolvem ética, transparência e confiança (Haesevoets et al., 2025).

Embora proporcione ganhos em eficiência e tomada de decisão, a IA também apresenta riscos relevantes, sobretudo no campo dos direitos fundamentais. Sistemas automatizados podem afetar privacidade, liberdade de expressão e devido processo legal, especialmente pela capacidade de processar grandes volumes de dados em curto período (Aboelazm, 2025). Assim, falhas, vieses ou usos inadequados podem gerar impactos amplos e simultâneos sobre a população.

Além disso, os efeitos da IA ultrapassam a eficiência administrativa, alcançando dimensões sociais e jurídicas. A literatura aponta desafios relacionados à desigualdade digital, limitações técnicas e privacidade de dados, evidenciando a necessidade de mecanismos robustos de governança e regulação.

Nesse cenário, a ausência de regulamentação pode ampliar riscos de exclusão, uso indevido da tecnologia e comprometimento da equidade no acesso aos serviços públicos. Dessa forma, embora a IA contribua para a inovação na gestão pública, sua adoção requer políticas que assegurem uso ético, transparente e responsável, alinhado aos princípios da administração pública.

5 Limitações e lacunas identificadas nos estudos analisados

A análise dos estudos selecionados permitiu identificar lacunas na produção científica sobre o uso da inteligência artificial na contabilidade pública e na promoção da transparência governamental, ressaltando-se que tais lacunas se referem ao conjunto analisado, não sendo generalizáveis para toda a literatura.

Observa-se a predominância de estudos conceituais ou exploratórios, com número reduzido de investigações empíricas sobre a implementação efetiva da IA em organizações públicas. Embora a literatura destaque seu potencial para aprimorar a eficiência administrativa, a auditoria e os mecanismos de prestação de contas, ainda são escassos estudos que avaliem empiricamente seus impactos na gestão das finanças públicas e na transparência governamental.

Além disso, muitos estudos abordam a IA de forma ampla no setor público, com menor foco na contabilidade pública, especialmente quanto à elaboração de relatórios financeiros e ao fortalecimento dos mecanismos de controle e *accountability*.

Outra lacuna refere-se à escassez de pesquisas sobre governos locais e municipais, sobretudo em países em desenvolvimento, onde ainda são pouco explorados os desafios e as oportunidades da aplicação dessas tecnologias.

Também são incipientes os estudos sobre os impactos da IA no controle social e na participação cidadã, sendo necessárias investigações que analisem seu efeito no engajamento social e no fortalecimento da *accountability* democrática.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade de ampliar pesquisas empíricas, interdisciplinares e aplicadas sobre o uso da IA na contabilidade pública, contribuindo para a geração de evidências mais robustas sobre seus impactos na transparência, na governança e na gestão das finanças públicas.

6 Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar, por meio de revisão da literatura, como a inteligência artificial tem sido abordada em pesquisas relacionadas à promoção da transparência e da *accountability* na contabilidade pública.

Os resultados indicam que a inteligência artificial tem sido cada vez mais considerada uma ferramenta estratégica para o aprimoramento da gestão pública, com aplicações que incluem a automação de processos contábeis, o monitoramento de transações financeiras, o apoio à auditoria e a ampliação do acesso às informações públicas. Tais aplicações contribuem para o aumento da eficiência administrativa, redução de erros e fortalecimento dos mecanismos de prestação de contas.

Além disso, verificou-se que o uso da inteligência artificial favorece práticas de governança orientadas por dados, promovendo maior transparência e suporte à tomada de decisão. Contudo, a literatura também aponta desafios relevantes, especialmente relacionados à governança dos algoritmos, à transparência dos sistemas, à privacidade de dados e às questões éticas associadas à automação.

Observou-se ainda a escassez de estudos empíricos, sobretudo no contexto da contabilidade pública e em nível municipal, evidenciando a necessidade de aprofundamento das pesquisas, especialmente em países em desenvolvimento.

Diante disso, conclui-se que a inteligência artificial possui elevado potencial para fortalecer a transparência e a *accountability* na gestão pública, desde que sua implementação seja acompanhada por políticas institucionais adequadas, regulamentação consistente e investimentos em capacitação e infraestrutura tecnológica, garantindo seu uso ético e responsável.

Como limitações do estudo, destaca-se o corpus analisado, restrito a 10 artigos, bem como o recorte temporal adotado, o que pode ter limitado a abrangência das evidências. Assim, os resultados não permitem generalizações absolutas para diferentes contextos governamentais.

Por fim, recomenda-se que pesquisas futuras avancem na realização de estudos empíricos, especialmente em contextos municipais, por meio de investigações de campo, estudos de caso e análises comparativas, além de aprofundar as discussões sobre aspectos éticos, regulatórios e institucionais relacionados à adoção da inteligência artificial no setor público.

Referências

- ABOELAZM, K. S. A new era of public procurement: critical issues of procuring artificial intelligence systems to produce public services. **International Journal of Law and Management**, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1108/IJLMA-06-2024-0208>.
- AGOSTINO, D.; LOURENÇO, R.; JORGE, S.; BRACCI, E.; CRUZ, I. Data science and public sector accounting: reviewing impacts on reporting, auditing, and accountability practices. **Public Money & Management**, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1080/09540962.2025.2529266>.
- BIAN, X.; WANG, B.; YANG, A. The trust trifecta: how transparency, ethics, and benefits shape public confidence in government AI. **Government Information Quarterly**, v. 42, n. 4, p. 102083, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.giq.2025.102083>.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Lei de Responsabilidade Fiscal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 20 set. 2025.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009**. Lei da Transparência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm. Acesso em: 20 set. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Lei de Acesso à Informação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 20 set. 2025.
- CONTRERAS-YUPANQUI, B. S. Implementation of artificial intelligence systems in public administration in Latin America: impacts and challenges. **LatIA**, v. 3, p. 288, 2025. DOI: <https://doi.org/10.62486/latia2025288>.
- CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **CGU disponibiliza ferramenta ALICE para estados e municípios identificarem licitações com suspeitas de irregularidades**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2024/05/cgu-disponibiliza-ferramenta-alice-para-estados-e-municipios-identificarem-licitacoes-com-suspeitas-de-irregularidades>. Acesso em: 25 set. 2025
- CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **CGU lança ferramenta de autoavaliação de transparência e acesso à informação para estados e municípios**. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2025/02/cgu-lanca-ferramenta-de-autoavaliacao-de-transparencia-e-acesso-a-informacao-para-estados-e-municipios>. Acesso em: 25 set. 2025
- DARMAWATI, D. et al. The role of artificial intelligence in improving the efficiency and accuracy of local government financial reporting: a systematic literature review. **Journal of Risk and Financial Management**, v. 18, n. 11, p. 601, 2025. DOI: <https://doi.org/10.3390/jrfm18110601>.
- HAESEVOETS, T.; VERSCHUERE, B.; ROETS, A. AI adoption in public administration: perspectives of public sector managers and public sector non-managerial employees.

Government Information Quarterly, v. 42, n. 2, p. 102029, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.giq.2025.102029>.

HICKOK, M. Public procurement of artificial intelligence systems: new risks and future proofing. **AI & Society**, v. 39, p. 1213–1227, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1007/s00146-022-01572-2>.

HJALTALIN, I. T.; SIGURDARSON, H. T. The strategic use of AI in the public sector: a public values analysis of national AI strategies. **Government Information Quarterly**, v. 41, n. 1, p. 101914, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.giq.2024.101914>.

HOXHA, E.; ANGJELI, A.; BOMBAJ, F. Implementation of modern information systems for automating accounting processes in the public sector: the experience of Albania. Scientific Bulletin of Mukachevo State University. **Series Economics**, v. 12, n. 1, p. 61–74, 2025. DOI: <https://doi.org/10.52566/msu-econ1.2025.61>.

KÖNIG, P. D. et al. The importance of effectiveness versus transparency and stakeholder involvement in citizens' perception of public sector algorithms. **Public Management Review**, v. 26, n. 4, p. 1061–1082, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/14719037.2022.2144938>.

KULAL, A. et al. Enhancing public service delivery efficiency: exploring the impact of AI. **Journal of Open Innovation: Technology, Market, and Complexity**, v. 10, n. 3, p. 100329, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.joitmc.2024.100329>.

MAJRASHI, K. Determinants of public sector managers' intentions to adopt AI in the workplace. **International Journal of Public Administration in the Digital Age**, v. 11, n. 1, p. 1–26, 2024. DOI: <https://doi.org/10.4018/IJPADA.342849>.

MEIJER, A. Understanding the complex dynamics of transparency. **Public Administration Review**, v. 73, n. 3, p. 429–439, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1111/puar.12032>.

OSSEWAARDE, M.; GÜLENÇ, E. National varieties of artificial intelligence discourses: myth, utopianism, and solutionism in West European policy expectations. **Computer**, v. 53, n. 11, p. 53–61, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1109/MC.2020.2992290>.

PINHO, J. A. G. de; SACRAMENTO, A. R. S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 6, p. 1343–1368, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122009000600006>.

RIPAMONTI, J. P. Does being informed about government transparency boost trust? exploring an overlooked mechanism. **Government Information Quarterly**, v. 41, n. 3, p. 101960, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.giq.2024.101960>.

SALDANHA, D. M. F.; DIAS, C. N.; GUILLAUMON, S. Transparency and accountability in digital public services: learning from the Brazilian cases. **Government Information Quarterly**, v. 39, n. 2, p. 101680, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.giq.2022.101680>.

SERENATA DE AMOR. About. Disponível em: <https://serenata.ai/about/>. Acesso em: 2 out. 2025.

SOUSA, J. R. de; SANTOS, S. C. M. dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 1396–1416, jul./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Conheça o ChatTCU**. 2025. Disponível em: <https://ia.tcu.gov.br/2025/06/05/conheca-o-chattcu/>. Acesso em: 2 out. 2025.

ZHAO, X. et al. Intelligent government: the impact and mechanism of government transparency driven by AI. **Public Money & Management**, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1080/09540962.2025.2500093>.